

O SISTEMA PATRIMONIAL LUSO-BRASILEIRO: SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO

Denise Aparecida Cavallini Panont*
Valdir Panont**

Resumo: A proposta deste artigo é realizar uma análise da educação no Brasil a partir da tipologia weberiana de estado patrimonial. Verificar mediante a história, partindo da análise do sistema patrimonialista de dominação tradicional, como uma das marcas da formação da cultura e do modo de ser do povo brasileiro. O método será a pesquisa bibliográfica e hermenêutica dos textos e autores estudados, que tem como objetivo compreender a influência desta no conhecimento do processo educacional e cultural brasileiro desde o Brasil Colônia. O foco da discussão será o desenvolvimento e a transferência do sistema patrimonialista de Portugal para o Brasil, analisando historicamente o desenvolvimento da cultura no Estado português e brasileiro. Mostrar a importância da educação e da formação docente como algo desvinculado de uma moral social ou de um modelo racional de decidir. Diante desta perspectiva, buscamos responder: A herança cultural lusitana deixou marcas na formação da sociedade brasileira até hoje? O texto desenvolvido será uma reflexão sobre a problemática levantada, mostrando a necessidade da construção de um novo ethos ou de uma moral social.

Palavras-chave: Educação. Patrimonialismo. Formação docente.

Abstract: The purpose of this article is to conduct an analysis of education in Brazil from the Weberian typology of state assets. Check through the story, based on an analysis of the traditional patrimonial system of domination, as one of the hallmarks of the formation of culture and way of being the Brazilian people. The method will be the literature and hermeneutic of the texts and authors studied, which aims to understand the influence of the educational process and knowledge of Brazilian culture from the colonial Brazil. The focus of discussion will be the development and transfer of the patrimonial system from Portugal to Brazil, analyzing the historical development of culture in the Portuguese and Brazilian. To show the importance of education and teacher training as something divorced from social or moral one a rational decision. Given this perspective, we seek to answer: Lusitanian cultural heritage left its mark in the formation of Brazilian society today? The text is designed to reflect on the issues raised, showing the necessity of building a new ethos of a moral orsocial.

Keywords: Education. Patrimonialism. Teacher training.

*Professora Mestre em Educação UEL, Pós Graduada em Filosofia Política e Jurídica UEL, Pós Graduada em Gestão Escolar ESAP, Graduada em Direito FAP, Graduada em Filosofia FINOM. Instituição de atuação FACNOPAR.

** Professor Pós Graduado em Filosofia Política e Jurídica UEL, Pós Graduado em Gestão Escolar ESAP, Graduado em Filosofia OMEC, Graduação em Teologia PUU.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade abordar o tema sobre a formação do docente e simultaneamente resgatar historicamente a evolução da educação no Brasil, partindo do sistema patrimonialista de dominação. Uma discussão se faz necessária, visto que, o ensino foi influenciado pelo colonizador cuja finalidade não era uma educação alicerçada em fundamentos éticos e numa moral social, mas em explorar as riquezas encontradas nas novas terras.

O objetivo é refletir sobre as influências do sistema patrimonialista de dominação tradicional, arraigada nos costumes dos vários setores da sociedade luso-brasileira, em especial, da educação. Nesse sentido, se faz necessário buscar na história as causas, as tradições, como momento fundamental para completar o desenvolvimento do tema em discussão que é a formação de professores.

Nessa perspectiva, será analisada a formação do Estado brasileiro e a sua cultura, que imigrou de Portugal com caráter patrimonialista tradicional.

Como foco desta análise, entende-se, portanto, a possibilidade da educação enquanto meio e complemento para a construção de uma sociedade racional. A proposta a tal empresa não é necessariamente atribuir à escola a responsabilidade de transformar o Brasil, mas vislumbrar uma prática social, visando entender a partir da tipologia weberiana de estado patrimonial.

Por meio desta discussão, pretende-se entender o como a educação e a formação de professores ficou desvinculada de uma moral social. As consequências culturais e de comportamento na esfera pública e privada estão se refletindo até hoje.

2 A CULTURA PATRIMONIAL NO ESTADO PORTUGUÊS

A discussão gira em torno da sociedade luso-brasileira. O objeto central é o contexto histórico, social e cultural das duas nações, a começar pelo sistema patrimonialista de dominação tradicional, e na sequência a temática da educação, precisamente, a formação de professores.

Ricardo Vélez Rodríguez conceitua o que é o sistema patrimonialista de dominação tradicional que foi desenvolvido por Max Weber.

O patrimonialismo é caracterizado por Weber como aquela forma de dominação tradicional em que o soberano organiza o poder político de forma análoga ao seu poder doméstico. [...] é uma extensão dessa autoridade tradicional para além das fronteiras do lar, conservando o aspecto doméstico de uma administração não racional e os traços privatizantes da autoridade unipessoal e do direito costumeiro [...]. (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 2006, p. 13).

Em Portugal, a organização feudal não foi forte. O poder ficou concentrado nas mãos do soberano, dando origem à organização patrimonial tradicional com características do poder político, exercido pelo monarca, considerada propriedade patrimonial familiar e desenvolvendo o aparelho burocrático. A esse respeito, Raymundo Faoro no livro *Os Donos do Poder*, escreve,

Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, [...] Na sua falta, o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando. Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo a expressão. (FAORO, 1984, p. 17,18).

O feudalismo não se desenvolveu por completo em Portugal. A luta contra os mouros estimulou uma burocracia centralizadora no Estado luso ávida de lucros e ardente de fé, com o monopólio do comércio ultramarino que levou ao capitalismo monárquico. O Estado Português sendo patrimonial, e como coloca Zancanaro, “Dizer Estado Patrimonial é dizer Estado corrupto”, (ZANCANARO, 1994, p.32). E ainda seguindo neste estudo o autor mostra que,

A herança política do regime patrimonialista mouro foi incorporada às estruturas ideológicas e materiais da jovem Nação. Senão despótico ou autoritário, o Estado luso tornou-se altamente centralizador e privatista, se tomarmos como referência os estudos de Max Weber [...] O rei convertera-se em senhor supremo das terras, o supremo e único fazendeiro. [...] Assim, misturando sentimentos pessoais com a ordem legal, os príncipes lusitanos fizeram do Reino uma grande fazenda privada, de cujo domínio e liderança sentiam-se senhores absolutos. (ZANCANARO, 1994, p. 63,64).

Em decorrência ao arbítrio dos monarcas, em que a pátria, a fé católica e a moral estavam em função aleatória do reinado, instalou-se a *práxis* da indisciplina legal e moral, levando a população a uma forma de vida inconsequente, desestimulada para uma atividade metódica, perseverante e persistente conduta irracional, diante da existência e das realidades humanas.

Weber coloca que, nos Estados patrimoniais, é comum a religião ser colocada a serviço dos soberanos. O pretexto era a defesa e a propagação da Fé cristã; a política do reinado era para aliciar seguidores e súditos. A religião era um meio a serviço do Estado patrimonial luso, que teve reflexos imediatos na colônia.

Constata-se, portanto, que a preocupação com a defesa da Pátria e da Fé gerou, na cultura portuguesa, uma prioridade política centralizando o poder e não realizando a perspectiva democrática da mesma. Não se estabeleceu o desenvolvimento do conflito da propriedade privada, nem o interesse pelo trabalho e o cultivo da terra, isto é, uma sociedade racional.

As dinastias que se sucederam foram marcadas pelo pequeno esforço e trabalho, com estímulo à aventura, à pirataria, à rapinagem, ao enriquecimento rápido e sem fadiga, nas quais os monarcas faziam as leis, colocando todos à submissão da ordem constituída tanto civil quanto religiosa, estando, dessa forma, a serviço da monarquia e suas finalidades.

Desenvolveu-se a burguesia pelo estamento burocrático, por isso cobravam-se tributos cada vez mais pesados sobre o trabalho e a produção dos que ali permaneceram. Isso gerou desestímulo à produção de riquezas. O Estado passou a ser o gerador do bem coletivo e individual, tornando-se ineficaz pelo fato de as práticas terem se tornado personalistas.

Em consequência disso a mão de obra escrava realizava todos os tipos de tarefas, visto que a grande maioria da população estava ligada à nobreza ociosa ou à procura dela para um *status* de aparências. O escravo era sinal de que família tinha distinção e poder, e o mesmo servia para fazer as honras públicas de seus senhores. Isso somado à indolência, à ostentação, à ânsia por adquirir riquezas fáceis, o ócio quanto ao não cumprimento das tarefas cotidianas.

A escravidão contribuiu para o progresso da degradação social e familiar. Nesse período, vê-se despontar as formas de indisciplina dos

costumes, desejo de manter-se ligado aos nobres, grande aversão ao trabalho. Isso contribuiu para a formação de um *ethos* em que o Estado perdulário consentia que os cidadãos vivessem de forma promíscua aos costumes tanto em Portugal como no Brasil. Estas eram algumas de suas características principais.

A Coroa, dessa forma, plasmou uma unidade nacional. Todos de forma geral dependiam do Estado e o soberano era o centro dessa unidade, a estima dos cidadãos pelo rei e pelas suas ideologias de conquistas levaria de forma espetacular aos descobrimentos e à formação rápida de um vasto império.

Esta maneira de ser imaginativa, criativa e prática perdurou por um período longo de dominação, em que os cidadãos eram inescrupulosamente manipulados. Ao excessivo espírito aventureiro, e por não dizer arrojado, que em contrapartida e em forma proporcional faltava-lhes o equilíbrio da racionalidade crítica e reflexiva. Isto revelava a pouca vontade dos portugueses ao esforço mental, denotando-se disso tudo a inexpressiva produção filosófica cultural, diferente de outros países na mesma época, em que a investigação filosófica aflorava por toda a Europa que redundou em estados racionais cujo fundamento era o Estado de Direito. Esse preceito se sustentava no pressuposto de que era melhor um governo de leis a um governo de homens. Ilustrando o acima exposto, Raymundo Faoro afirma,

Portugal, cheio de conquistas e glórias, será, no campo do pensamento, o “reino cadaveroso”, o “reino da estupidez”: dedicado à navegação, em nada contribuiu para a ciência náutica; voltado para as minas, não se conhece nenhuma contribuição na lavra e na usinagem dos metais. Toda a vida intelectual, depois da fosforescência quinhentista, ficou reduzida a comentários. [...] A ciência se fazia para as escolas e para os letrados e não para a nação, para suas necessidades materiais, para a sua inexistente indústria, sua decrépita agricultura ou seu comércio de especulação. Uma camada de relevo político e social monopolizava a cultura espiritual, pobre de vida e de agitação. Fora dela, cobertos de insultos, ridicularizados, os reformadores clamavam no deserto, forçados a emigrar para a distante Europa, envolvida em outra luz. (FAORO, 1984, p. 63, 64).

O povo luso procurava amiúde soluções e benesses na Igreja e no Estado, e a sua indolência mental de produzir e de discordar, tendo uma autonomia de pensamento, situação esta de pobreza intelectual e espiritual

forçada pelos próprios monarcas que temiam revoluções que os tirasse do poder. Com isso, a sociedade portuguesa foi privada de atividade intelectual, impedindo que tivesse um pensamento crítico sobre a política oficial da época. Assim, prevalecia a política centralizadora da monarquia, abortando qualquer tentativa de mudança do *status quo*.

Evidenciou-se que o Estado patrimonial de dominação tradicional se moveu por um grande entusiasmo de conquistas, aventuras, busca de riquezas fáceis e poder, em que o soberano fez da coisa pública uma extensão de sua casa. Nessa época, notadamente, houve a carência do poder criativo da cultura portuguesa. O gênio luso em referência às atividades de caráter reflexivo, como a racionalidade, a produção filosófica, o suporte teórico e a fundamentação científica, mediante o desenvolvimento cultural e educacional, por meio, da pesquisa e extensão, foi quase nulo. Deixaram muito a desejar a sistematização e o desenvolvimento da educação em todos os níveis.

Os reis e seus súditos aventureiros, distribuidores de facilidades, vivenciando uma situação inescrupulosamente de corrupção, precisavam, cada vez mais, de conquistas e de povos que fossem subjugados. Os bens sequestrados serviam para aliciar seus compatriotas a serem serviçais, seguindo-os com mesmo espírito. Isso tudo, de uma forma imperceptível se transferiu para a colônia, porque os seus donos viviam orgulhosos pelas conquistas de novas terras.

Portanto, o Estado patrimonial tradicional de dominação, enfim, implantado até o âmago da sociedade lusa, teve suas consequências desastrosas para a educação, que se fizeram sentir durante o longo processo de colonização brasileira.

3 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA PATRIMONIAL NO ESTADO BRASILEIRO

Essa temática abrangerá historicamente o Brasil como nação colonizada, sofrendo fortes influências da tradição lusa. Isso será encontrado em narrativas que descreveram os fatos daquela época, mostrando a grande tendência do Brasil colônia em reproduzir os arquétipos patrimoniais que se

instalaram na sociedade nascente, marcada por interesses individuais que sobrepujavam aos da sociedade.

Na sequência, será explicitado como o Brasil nasceu com este estigma do patrimonialismo e suas conseqüências, até hoje, marcado pelo costume lusitano patrimonialista tradicional, centralizador, antinorma, antitrabalho, escassa de cultura e com hábitos levados pelo fausto, lassidão, ócio, luxo e busca fácil de riqueza. E mais os elementos encontrados no povo da nova terra determinaram a índole no seu agir.

Seguindo a análise da formação do Estado brasileiro, é inevitável passar um rápido olhar na história do Brasil. Aprofundando o que foi exposto, anteriormente, surge uma questão: A herança cultural lusitana deixou marcas indelévels na formação da sociedade brasileira?

Apesar da história relatar um período de confusão sócio político sobre a nação portuguesa, não se pode negar os feitos importantes para a humanidade, na busca de novos mundos. Parte da identidade brasileira como valores culturais, religiosidade, a unidade da língua, o modo de ser destemido, arrojado, criativo e prático vem do povo luso, assim não se pode estigmatizá-los ou culpá-los, apenas. Deve-se buscar conhecer e compreender as raízes da formação histórica e cultural brasileira.

A pequenez do território português, a pobreza da terra, a guerra contra os mouros, o extremo interesse por conquistar novas terras fizeram com que a nação não se desenvolvesse em investigações teórico-filosóficas, ficando à margem do restante da Europa que despontava para as luzes.

O que interessa no momento são os elementos fundadores e orientadores que se desenvolveram no Brasil, desde a sua origem, e que permanecem até hoje. O Brasil, sendo colônia, não podia gerir independentemente a vida política, seus negócios, pois dependia em tudo do colonizador. Na colônia, embora existisse certa estrutura para uma organização típica de Estado, como territorialidade, seu povo e as bases para uma justiça legal, não existiam os objetivos que atingissem os fins comuns como uma educação sistêmica.

Na sociedade que emergia não havia identidade própria. Não havia uma consciência ou desejos de conseguir fins comuns que pudessem

afirmar que era um povo articulado, compromissado na busca de reais valores nacionais. Faltava-lhe, portanto, o espírito de povo e uma consciência nacional. Isso combinado com o total desinteresse por parte da metrópole em formar homens com capacidade de sociabilidade e caráter sólido. A respeito coloca Meira Penna,

Naquela época, “perdemos o bonde” do progresso porque, em vez de homens que pensam, sonhadores desgarrados das realidades empíricas; em vez de estadistas esclarecidos, burocratas clientelistas e coronéis provincianos patriarcais; em vez de autoridade racional, o patrimonialismo tradicional. (PENNA, 1988, p. 107).

Devido ao isolamento pelas intransponíveis distâncias e a cumplicidade das autoridades locais e do povo como o ilícito, o contrabando e a pirataria fatos que marcaram a consciência para a prática de antivalores próprios da colônia. Por isso a sociedade a princípio não foi organizada ou articulada para ser uma nação com princípios democráticos desde o início. Assim, mostra Zancanaro,

Vê-se, portanto, que se, de um lado, a fragilidade e inconsistência da ordem jurídica lusa transplantada para o Brasil refletia os desvios das concepções éticas das próprias lideranças políticas que a implementaram no Reino; de outro, aquela postura contribuía para a produção de uma mentalidade dada ao agravamento da imoralidade pública e à ampliação do quadro de antivalores sociais. A desobediência generalizada à lei, o arranjo fácil e privatístico, as apropriações indébitas, o suborno e os demais desvios morais, caracterizados como corrupção, que se haviam tornado praxe corriqueira em todos os níveis da sociedade metropolitana, difundiram-se por todos os recantos da Colônia. Era o resultado mais visível da irracionalidade do sistema patrimonial de dominação. (ZANCANARO, 1994, p. 109).

Social e juridicamente constituiu-se uma coletividade dependente e comprometida com uma ordem estatal pré-estabelecida, experiência reprodutora de um costume imposto, em que a burocracia implantada estava em função da Coroa. E isso foi plasmado pelo Reino durante longos anos de vivência de dominação colonial e política administrativa patrimonialista. O que ficou bem claro foi a explícita desobediência às imposições pelo estamento burocrático legal e às leis e soluções arranjadas pelo arcabouço jurídico, assim como a lentidão e a distância foram marcos indelévels na formação social original do Brasil.

O retrato de uma nação que é insolidária, pertencente aos seus donos - os reis de Portugal - soberanos, aventureiros, inescrupulosos, legítimos e tradicionais no controle hereditário dos estamentos públicos, militares, religiosos e culturais. Usando de suas precariedades e também de sua sagacidade, subjugaram nações e povos, a religião católica, os negros, os índios e compatriotas e até a educação.

A cultura e a educação era um mero acidente que não importava. O ouro e outras riquezas que os faziam destemidos nos bravios mares, nunca d'antes navegados, fizeram aportar padres jesuítas da Companhia de Jesus, para a preservação da fé, a catequese e a difusão da religião católica. Servidores do Estado de dominação patrimonial que aqui se instalava, implantando um ensino humanista para a formação de uma elite sempre a serviço da Coroa.

Marco inicial da história da educação na colônia foi inaugurado com a vinda dos primeiros padres jesuítas em 1549, e permaneceu por dois séculos até a sua expulsão, em 1759 pelo Marquês de Pombal. No campo educacional foi a obra de maior vulto para a cultura e nossa civilização. No primeiro século foi de ajuste apenas inicial e no segundo já com a instituição de educação e cultura mais sistemática.

Com a saída dos jesuítas, nenhuma organização institucional conseguiu substituir à altura o que os padres da Companhia de Jesus haviam organizado como sistema educacional.

A implantação de aulas régias, numa tentativa de secularizar a educação, não atingiu as finalidades propostas por Pombal, pois a escola que se implantava continuava com o tipo de ensino e educação adotados pelos jesuítas. Continuando a ser de fins utilitários, aristocráticos, eclesiástico, tradicional, eletístico, que passou simplesmente das mãos dos jesuítas para a dos padres seculares e outros a serviço da Igreja da Coroa e da burguesia.

A educação, mesmo tendo esse novo rumo, continuou sendo instrumento nas mãos dos soberanos, que mantinham a hegemonia do poder, dos bens da nação e dos bens confiscados dos padres jesuítas. A hegemonia da cultura continuou a serviço do poder central. Sobre a precariedade da escola e da cultura, evidencia Fernando de Azevedo, de forma clara,

A escola, pois, ainda que não enquadrada na estrutura de qualquer sistema de ensino, continua a viver, como a família, sob a sua forma tradicional e manterá ainda por muito tempo o seu prestígio ao lado de outras formas de educação, também de aclimação européia, que se elaboram lentamente sob influências estrangeiras. É sob a pressão dessas influências, - que não chegaram até nós somente por via de Portugal -, que começa a processar-se, nos princípios do século XIX, a renovação da paisagem cultural do Brasil, com reflexos intermitentes nas instituições escolares. (AZEVEDO, 1958, p. 62, 63).

A peculiaridade desse período foi notadamente a falta de apoio, de programas organizacionais nas diversas etapas do ensino aprendizagem, carência de autonomia e sistematização pedagógica, escassez de material humano e didático e estrutura logística. Conseqüentemente, a colônia servia somente para abastecer de riquezas materiais a metrópole, e a cultura de cunho estritamente brasileira que nascia, era mais retórica, poética e humanista.

O fenômeno do insolidarismo social notabilizou-se pela falta de comprometimento ideológico e educacional, com os objetivos de uma cultura unificada. Denotando-se disto a herança cultural lusa na formação da sociedade brasileira.

4 A importância da educação e da formação docente no Brasil

A princípio, não era prioridade do colonizador a formação intelectual, especialmente, dos que trabalhavam em funções braçais na agricultura. O interesse, nessa atividade que se expandia no Brasil, era que os escravos e os índios fossem subjugados e simplesmente desempenhassem seus serviços em favor dos senhores de engenhos ou fazendeiros, onde a economia se desenvolvia em torno do engenho de açúcar. O latifúndio, a escravatura e a monocultura eram as características da colônia que se desenvolvia num sistema patriarcal, centrada no engenho. Nesse sentido Fernando de Azevedo afirma,

A escravatura que desonrou o trabalho nas suas formas rudes, enobreceu o ócio e estimulou o parasitismo, contribuiu para acentuar, entre nós, a repulsa pelas atividades manuais e mecânicas, e fazer-nos considerar como profissões vis as artes e os ofícios. Segundo a opinião corrente, “trabalhar, submeter-se a uma regra qualquer, era coisa de escravos”. Nessa sociedade, de economia baseada no

latifúndio, e à qual, por isso, não interessava a educação popular, [...]. (AZEVEDO, 1958, p. 81).

A educação, portanto não era prioridade, porém, nesta época, de absolutismo a finalidade era manter os colonos atrelados à fé católica, que de certa forma era um instrumento importante para garantir uma unidade, uma fé e uma consciência, e a educação teve apenas o papel funcional de agente colonizador a serviço do soberano.

A educação na colônia, nos séculos XVI e XVII, foi semelhante, esteve a cargo do monopólio jesuítico, sendo conservadora, e distante dos movimentos intelectuais da Europa. A educação luso-brasileira interessava apenas à classe dirigente que era para se mostrar eruditos e eloquentes.

As cidades que começavam a se formar no Brasil, nessa época, ainda pobres, dependiam das atividades do campo, que concentravam grande parte da população. Esse tipo de sociedade, por se tratar de ser escravista e agrária, não desenvolvia interesse pela educação, pois decorreu, dessa situação, o surgimento de grande massa de iletrados, consequência do pouco interesse da metrópole e do trabalho braçal, na sua maioria, que exigia pouca demanda intelectual e perdurou por muito tempo nesse *status quo*.

Com o decorrer do tempo, a educação deveria atender a uma nova demanda, a um seguimento novo, da pequena burguesia que desejava a ascensão social. Assim, mostra Fernando de Azevedo,

A obsessão dos estudos superiores profissionais, como meio de tornar os indivíduos úteis à sociedade do tempo ou eleva-los às fileiras da elite dirigente, [...] Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que uma educação do povo, [...] Esse contraste entre a quase ausência de educação popular e o desenvolvimento de formação de elites, tinha de forçosamente estabelecer como estabeleceu, uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigida, de nível extremamente baixo, e o da classe dirigente, elevando sobre uma grande massa de analfabetos. (AZEVEDO, 1958, p. 80).

Na linha social as instituições da família patriarcal, a escola e a igreja contribuíram para ascensão social aristocrática, porém as duas últimas estavam com a Companhia de Jesus, que os manipulava.

Os brasileiros, que pudessem e quisessem seguir carreiras em profissões liberais, dirigiam-se em geral à metrópole. A formação recebida, em

Portugal, ou em outros colégios na Europa, alargavam os horizontes intelectuais, suscitando o nascente sentimento nativista e, certamente, vislumbrado com novas civilizações avançadas no velho mundo, despertou ideais sociais e políticos em contraposição ao modo de vida rural e patriarcal que vivia na colônia, isso gerava nos jovens uma grande insatisfação pelo estado de vida que aqui se desenvolvia.

O panorama do ensino precário e do analfabetismo continuou e com a expulsão dos jesuítas a situação se agravou. A reforma pombalina demorou mais de uma década, e a implantação de um sistema educacional amplo e liberal não foi diferente, notou-se um retrocesso em relação ao ensino brasileiro.

Com a secularização do sistema educacional brasileiro, a formação de docentes continuou deficitária que, na maioria, eram formados pelos jesuítas. Não houve mais formação de mestres nem uniformidade de ensino. O centro de decisões estava no reino, longe, ineficiente, extremamente morosa, na sua ação. Os mestres leigos contratados eram incompetentes e mal pagos. Nesse sentido, Fernando de Azevedo, completa,

A instrução primária, confiada às províncias, vai-se organizando por um sistema “de tentativas e de erros”, em conformidade com os recursos limitados de cada uma delas e ao capricho das circunstâncias, quais o predomínio deste ou daquele grupo partidário ou a inspiração pessoal do presidente, em que se pode encontrar a causa mais próxima da periodicidade das variações nas políticas locais de educação. O pessoal docente, quase todo constituído de mestres improvisados, sem nenhuma preparação específica, não melhora sensivelmente com as primeiras escolas normais que se criam no país [...]. (AZEVEDO, 1958, p. 94).

Entretanto, a educação mesmo estando à deriva e, ainda com o analfabetismo remanescente, continuou a influência jesuítica e mantiveram-se até o século XIX, pela tradição e autoridade religiosa do ensino na cultura brasileira, sobre os colonos, os índios e os escravos. Nesse século, não se pode afirmar que existisse uma pedagogia brasileira. Nesse período, intelectuais, influenciados por ideias liberais, desejavam que a educação tivesse novos rumos.

Foram criadas novas escolas, mas o resultado não foi satisfatório, visto que a sociedade passava de um modelo rural-agrícola para o

urbano-comercial. Havia grande resistência às ideias liberais advindas da Europa, que viviam um modelo capitalista, enquanto o Brasil vivia o modelo patrimonialista de dominação tradicional.

O contexto histórico do Brasil naquela época tinha seus movimentos intelectuais fixados no liberalismo, na independência do imperialismo e na implantação da democracia, para vencer a aristocracia do modelo do velho mundo. No Brasil, havia uma forte corrente exaltando a tecnologia, na qual nascia a indústria e a ciência técnica como forma de ensino aprendizagem nos estabelecimentos do ensino superior, esta foi uma tentativa de superar o ensino que era extremamente humanístico e literário e não alcançava os fins almejados.

Esse século pode-se dizer que foi de muita obscuridade na educação, pois não havia uma política de educação sistemática e planejada que alcançasse todos os níveis de escolaridade.

Essa insuficiência que se notou, quando da vinda da família real ao Brasil, decorreu do tempo da reforma de Pombal, o ensino era elitizado e as aulas régias eram para atender as necessidades do momento. O rei criou novas escolas e novos cursos superiores. Porém, também isso foi um fracasso, a legislação não correspondeu às finalidades necessárias à sociedade.

O ensino superior tomou um caminho, ficando centralizado. A educação secundária e elementar tomou outro caminho, ficando a cargo das províncias. Como analisa Fernando de Azevedo,

[...] a educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessante desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção. (AZEVEDO, 1958, p. 76).

O ar renovador, trazido pelo Imperador, foi apenas um detalhe e a educação, mesmo com as suas deficiências ou por causa delas, oportunizou que as ideias liberais subsequentes em relação à educação fossem penetrando e superando as distâncias entre as várias categorias do ensino no Brasil.

A formação de mestres na época teve um incremento com a fundação de escolas normais, mesmo assim, não resolveu o problema da

escola primária e secundária, e também o ensino superior funcionou de forma irregular e precária.

Apesar disso, foram implantadas aos poucos escolas normais nos principais centros do Brasil para formação de docentes, notadamente, no final do século XIX. Tudo isso fez com que se olhasse com pesar a história brasileira desde o descobrimento, pois foi herdado o descompromisso para uma educação baseada em valores morais e éticos.

Da proclamação da República em diante foram alimentadas esperanças de transformação da sociedade por meio de um ensino abrangente e universal, vislumbrou-se, portanto, a saída da mentalidade escravocrata para uma realidade brasileira capaz de soluções eficazes, o espírito inovador e autônomo se fazem presentes e se caracteriza no surgimento da escola nova conforme caráter democrático do ensino aprendizagem da nossa época.

Porém, no início do século XX, embora o Brasil tenha tido homens pensantes que trabalharam para a melhoria da educação de modo geral, como Rui Barbosa, Anísio Teixeira e recentemente Paulo Freire, ainda assim, a educação brasileira caminhou a passos lentos.

O esforço praticado, no final do século XX, superou só, em parte, o que a herança lusa desastrosamente causou ao desenvolvimento do país. Especificamente houve um grave déficit no processo educacional com reflexos claros na formação de professores, prejudicando enormemente a educação da população que, além das dificuldades de acesso à educação devido a falta de escolas, transporte, material didático e a formação para capacitação de docentes.

Hodiernamente, as políticas públicas e educacionais precisam implementar mudanças radicais e facilitar a valorização e a formação dos seus professores, investindo na formação, com cursos, palestras, oficinas, pois o professor é o instrumento mediático da formação, ele se forma e forma os seus alunos.

Os cursos de capacitação devem proporcionar aos professores o desenvolvimento inicial e continuado, ser reflexivo, ter a dimensão do domínio amplo do conhecimento sobre a sociedade. A educação deve ser ministrada, com capacidade para que o mesmo possa perceber o individual e o coletivo, a cooperação com colegas e alunos, valorizar a multidisciplinaridade,

estudo e pesquisa na busca de inovações, serem críticos e sobretudo professores profissionais e encarar o magistério com a velha visão tradicional socrática. Que segundo Meira Penna “[...] a velha tradição da escola socrática, está a sua “profissão” associada à educação moral (profissão = professor = professo de uma idéia religiosa).” (PENNA, 1988, p. 287).

O que a história mostrou como deficiência, a própria história dará como oportunidade uma nova cultura profissional para um desenvolvimento pessoal, positivo, como finalidade última melhorar a aprendizagem. O ensino como auto renovação contínua para um avanço qualitativo nas práticas, sem medo do novo, do real, na construção de uma *práxis* verdadeira, em que a escola, professor e alunos estarão mobilizados no processo de formação em andamento, cujo sujeito central dessa transformação é o professor que priorizará o aluno, - o objeto único e principal de toda a educação.

5 CONCLUSÃO

Esta análise se ocupou das origens da formação cultural luso-brasileiro, bem como as implicações históricas do sistema patrimonialista de dominação tradicional. Os fundamentos foram buscados a partir da tipologia weberiana e suas implicações na educação, em específico na formação de docentes.

Pela história, verificou-se que a construção do Estado português foi substancialmente patrimonialista, uma extensão da casa do soberano, que centralizava o poder e as decisões. Para manter a hegemonia, controle, instrumentalizava instituições, pessoas, riquezas, criando estamentos para a funcionabilidade governamental. Nesse sistema o soberano sempre foi o pai do povo, com poder de decisões.

A prática ostensiva desse sistema no campo social e ético foi relevante. A irracionalidade tônica acentuada e os caminhos percorridos por séculos criaram-se costumes tradicionais e hereditários. Notoriamente, em Portugal e, simultaneamente, no Brasil, as situações se repetiam. A consideração fundamental que se faz é que Portugal não vivenciou a

construção de uma moral social a exemplo dos estados que passaram pelo feudalismo.

A carência de uma racionalidade mostrou que, mesmo a religião e a cultura instrumentalizada, não serviram eficazmente à nação portuguesa e tampouco à colônia. Nessa visão, a tipologia weberiana permite considerar que as realidades, mesmo sendo análogas sociais, políticas e religiosas, não são idênticas. O colonizador impõe o seu modo de vida e o colonizado deve conseqüentemente acolher e executar as ordens dentro de uma perspectiva de mando patrimonial ou personalista.

A história brasileira é um espelho do sistema patrimonial de dominação tradicional com caráter de subserviência e obediência. A reflexão sobre esta situação, leva em consideração que a formação do povo brasileiro recebeu como herança a falta de racionalidade, pautada em antivalores. Isto interferiu diretamente na formação cultural e educacional que se estende até hoje.

A educação humanista jesuítica trouxe muita retórica literária, no início, sempre distante da realidade concreta vivida no Brasil, não ensejando a solução dos problemas práticos, econômicos, sociais e educacionais e, muito menos, na formação de docentes reflexivos, comprometidos com o social e com o desenvolvimento do país.

Assim, procurou-se demonstrar que a educação colabora de maneira efetiva para transformar a sociedade onde o indivíduo conquiste a cidadania como um processo de construção coletiva. Não foi o caso brasileiro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 3. ed. ver. E atual. - São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 6. ed. Porto Alegre, Globo, 1984. v. 1.

FARHAT, Emil. **O Paraíso do Vira-Bosta**. São Paulo: Queros, 1987.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar: Século XVI a XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal.** (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1) 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil – colônia (1550-1800).** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma Política de Compromissos.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, José Antônio. **Corrupção.** São Paulo: Globo, 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo.** (introdução, tradução e notas de Pedro Vieira Mota.), 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MORAES, Regis de. **O que é Ensinar.** São Paulo: EPU, 1986.

_____ **Cultura Brasileira e Educação.** Campinas: Papirus, 1989.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas.** 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional.** 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

PAIM, A. **A Querela do Estatismo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

_____ **Fundamentos da Moral Moderna.** Curitiba: Champagnat, 1994.

_____ **Problemática do Culturalismo.** 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PAIM, Antônio; PROTA, Leonardo; VELÉZ Rodriguez, Ricardo. **Cidadania: O que todo cidadão precisa saber.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____ **Educação para a Cidadania - Compêndio.** Londrina: Ed. UEL: Instituto de Humanidades, 1996.

_____ **Curso de humanidades 1 – História da Cultura.** Guias de estudo. Londrina: Ed. UEL: Instituto de Humanidades, 2000.

_____ **Curso de humanidades 2 - política.** Guias de estudo 9-10. São Paulo: Instituto de Humanidades, 1989.

_____ **Curso de humanidades - Política.** Guias para estudo individual e de grupo. Londrina: Edições Humanidades, 2007.

_____ **Curso de Humanidades – Moral.** Guias para estudo individual e de grupo. Londrina: 2. ed. Edições Humanidades, 2008.

_____ **História da Cultura.** São Paulo: Instituto de Humanidades, 1988, v.4

PENNA, José Osvaldo de Meira. **O dinossauro – Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas.** São Paulo: Queiroz, 1988.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. **Patrimonialismo – e a realidade latino-americana.** Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** (Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa). A partir da 5ª ed., rev., anot., e org. por Johannes Wincklelmann. São Paulo: Editora UnB, 2009, v.1.

ZANCANARO, Antonio Frederico. **A Corrupção Político-Administrativa no Brasil.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.